

Reserva de mercado poderá ser ampliada

JBR

A reserva de mercado, hoje restrita por lei às indústrias de informática, poderá ser ampliada para outros setores da economia brasileira, "pois o mercado integra o patrimônio nacional, devendo ser ordenado de modo a viabilizar o desenvolvimento sócio-econômico, o bem estar da população e a realização da autonomia tecnológica e cultura da Nação".

Este é um dos mais importantes pontos do relatório que será apresentado pela deputada pernambucana Cristina Tavares (PMDB) à Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicações. Os parlamentares que participam da subcomissão se reúnem hoje pela manhã no Congresso Nacional para tomar conhecimento do relatório, e têm cinco dias para a apresentação de emendas.

Cristina Tavares, relatora da subcomissão, afirma em seu relatório que a lei estabelecerá reserva de mercado interna, "tendo em vista a realização do desenvolvimento econômico e da autonomia tecnológica e cultural nacionais", além de defender que o "Estado e as entidades de suas administrações, direta e indireta, utilizarão preferencialmente, na forma da lei, bens e serviços ofertados por empresas nacionais".

A deputada pernambucana afirma ser inquestionavelmente favorável à autonomia interna das decisões e defende o estabelecimento de dispositivos constitucionais como formas de garantir investimentos e resultados para o desenvolvimento do País. Para evitar a classificação de xenofobia, a relatora alerta, no início do seu trabalho, que ao se falar de autonomia não se está defendendo um isolacionismo irreal e indesejável no mundo moderno: "Autonomia significa o direito básico de decidir sobre os objetivos nacionais, os rumos da política interna e as formas de condução desta política e da utilização dos recursos nacionais a partir e tendo em vista a nação brasileira".



Cristina apresenta relatório

Para a relatora, que analisou vários depoimentos de representantes de setores expressivos da sociedade e sugestões dos parlamentares, a pesquisa brasileira deve refletir seu compromisso com as prioridades regionais e locais, tendo em vista, sobretudo, a realização do bem comum.

Cristina Tavares prevê em seu relatório que o poder público deve providenciar incentivos específicos a instituições públicas de ensino e pesquisa, a universidades e empresas nacionais que realizem esforços na área de investigação científica e tecnológica. Tanto as empresas públicas quanto as estrangeiras, além de órgãos de desenvolvimento regional (Sudam, Sudene, etc.) deverão aplicar, não menos que 5 por cento no setor de pesquisa e desenvolvimento.

O relatório entra ainda na área de energia nuclear, proibindo "a fabricação, o trânsito, o transporte, a guarda ou o armazenamento de armas nucleares em todo o território nacional, seja qual for a procedência".

13-05-87

P.9

ANC

X